



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Bacharelado em Ciências Contábeis

TAUAN ATOS TIMÓTEO DOS SANTOS

**ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS DO ESTADO
DE SÃO PAULO: UM ESTUDO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

BRASÍLIA,
2023

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor José Márcio Carvalho
**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas**

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professora Doutora Fernanda Fernandes Rodrigues
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

TAUAN ATOS TIMÓTEO DOS SANTOS

**ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS DO ESTADO
DE SÃO PAULO: UM ESTUDO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. José Marilson Martins Dantas

BRASÍLIA,
2023

TAUAN ATOS TIMÓTEO DOS SANTOS

**ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS DO ESTADO
DE SÃO PAULO: UM ESTUDO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. José Marilson Martins Dantas

Brasília, 13 de fevereiro de 2023.

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Marilson Martins Dantas

Universidade de Brasília - UnB

Prof. Dr. Alex Laquis Resende

Universidade de Brasília - UnB

SANTOS, Tauan Atos Timóteo

Análise dos indicadores financeiros e orçamentários do estado de São Paulo: Um estudo do patrimônio líquido. Tauan Atos Timóteo dos Santos – Brasília, 2023. 57 p.

Orientador (a): Prof. Doutor José Marilson Martins Dantas

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia – Graduação) – Universidade de Brasília, 2022/02.

1. Introdução. 2. Arcabouço Teórico 3. Metodologia. 4. Análise e Interpretação dos dados. 5. Considerações finais.

I. Contabilidade Pública. II. Indicadores Contábeis. III. Teorias do patrimônio Líquido

TS237a

À minha mãe, Jucelma, pois apenas com o apoio, cuidado e dedicação dela todas as minhas conquistas foram possíveis

Aos meus colegas de graduação, que me proporcionaram momentos incríveis e me apoiaram no decorrer dessa trajetória de estudos.;

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família e principalmente minha mãe, Jucelma Evangelista dos Santos, que sempre dedicou todo o esforço necessário para garantir a melhor educação e construção de caráter para seus filhos.

Ao professor Doutor José Marilson Martins Dantas nutro apenas sentimentos de gratidão pelos ensinamentos que adquiri em diversas disciplinas ministradas pelo mesmo. Agradeço ainda pela disponibilidade, paciência e vontade de me ajudar na idealização, estrutura e desenvolvimento deste trabalho e pelo acompanhamento e orientação durante a realização deste.

Aos diversos amigos que tive o prazer de conhecer nesta instituição de ensino, por criarem um ambiente repleto de experiências e vivências para serem compartilhadas durante o tempo de graduação.

À minha namorada, por estar ao meu lado fornecendo toda a égide emocional necessária para superar os diversos desafios e proações que a vida pode nos proporcionar e é claro agradeço por poder compartilhar de momentos incríveis ao seu lado.

Por fim, dedico um simplório espaço para aquelas pessoas do meu cotidiano que participaram indiretamente no meu desenvolvimento acadêmico e providenciaram apoio incondicional sempre que necessário para a consecução dos meus objetivos.

“A mínima mudança em quase qualquer lugar é suficiente para mudar todo o resto da história.”

(Richard Dawkins)

RESUMO

A pandemia do COVID-19 iniciada no final de 2019 e com seu auge em meados de 2020 propôs diversos desafios aos gestores públicos no Brasil e no mundo. O presente trabalho de conclusão de curso objetivou identificar os impactos advindos do COVID-19 nos indicadores financeiros e orçamentários do estado de São Paulo. Os indicadores financeiros extraídos dos demonstrativos contábeis do setor público são de suma importância para analisar comparativamente o desempenho dos entes da federação em relação a eles mesmos e sua evolução no decorrer do tempo. Dessa forma, foi realizada uma pesquisa documental na forma de levantamento de dados nos demonstrativos contábeis para os exercícios de 2019, 2020 e 2021 do estado de São Paulo. Sendo possível assim, calcular indicadores que nos remetem à capacidade dos gestores estaduais em gerar superávit, cumprir a execução orçamentária e financeira, honrar com seus compromissos de curto e longo prazo e evolução do patrimônio líquido. Este trabalho se justifica ainda na importância de analisar a fidedignidade dos resultados obtidos com os indicadores em relação à realidade aplicada estado alvo do estudo.

Palavras-Chave: Contabilidade Pública. Indicadores Contábeis. Teorias do patrimônio Líquido. Estados Brasileiros. Pandemia COVID-19

LISTAS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores do Balanço Orçamentário.....	36
Quadro 2 – Indicadores do Balanço Financeiro.....	39
Quadro 3 – Indicadores do Balanço Patrimonial	41
Quadro 4 – Indicadores da Demonstração das Variações Patrimoniais.....	45
Quadro 5 – Receita tributária do Estado de São Paulo (dez. 2019).....	49
Quadro 6 – Receita tributária do Estado de São Paulo (dez. 2020).....	49
Quadro 7 – Receita tributária do Estado de São Paulo (dez. 2021).....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AH – Análise Horizontal

AV – Análise Vertical

BF – Balanço Financeiro

BO – Balanço Orçamentário

BP – Balanço Patrimonial

COPOM – Comitê de Política Monetária

DCASP – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público

DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DRE – Demonstração de Resultado do Exercício

DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais

LOA – Lei Orçamentária Anual

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

NBC TSP – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral

PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

PIB - Produto Interno Bruto

PL – Patrimônio Líquido

PPP – Parcerias Público Privadas

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1 Contextualização.....	17
1.2 Justificativa.....	18
1.3 Objetivo Geral.....	18
1.4 Objetivo Específico.....	18
2 ARCABOUÇO TEÓRICO.....	20
2.1 Contabilidade Pública.....	20
2.2 Contabilidade Pública no Brasil a partir da Lei 4.320/1964.....	20
2.3 Lei Complementar nº 101 - Lei de responsabilidade fiscal.....	22
2.4 Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP.....	22
2.5 Teorias do Patrimônio líquido.....	23
2.5.1. Teoria do Proprietário.....	23
2.5.2. Teoria da Entidade.....	24
2.5.3. Teoria do Fundo.....	24
2.6 Análise de Balanços Públicos.....	25
2.6.1 Análise Vertical	26
2.6.2 Análise Horizontal.....	26
2.6.3 Indicadores Financeiros e Orçamentários.....	27
2.6.3.1 Indicadores do Balanço Orçamentário.....	27
2.6.3.2 Indicadores do Balanço Financeiro.....	29
2.6.3.3 Indicadores do Balanço Patrimonial.....	30
2.6.3.4 Indicadores da Demonstração das Variações Patrimoniais.....	32
3 METODOLOGIA.....	34
3.1 Abordagem da pesquisa.....	34
3.2 Objetivos da pesquisa.....	34
3.3 Restrição de amostra.....	34
3.4 Procedimentos Técnicos.....	35

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	36
4.1 Análise dos Indicadores e Análise Horizontal.....	36
4.1.1 Indicadores do Balanço Orçamentário.....	36
4.1.2 Indicadores do Balanço Financeiro.....	39
4.1.3 Indicadores do Balanço Patrimonial.....	41
4.1.4 Indicadores da Demonstração das Variações Patrimoniais.....	45
4.2 Entendimentos sobre Patrimônio Líquido do Setor Público.....	46
4.3 Impacto no Aumento do ICMS e inadimplência do Contribuinte.....	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
6 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS.....	54
7 REFERENCIAL TEÓRICO.....	55

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A enorme crise sanitária que o mundo viveu a partir de 2020 e que se arrasta até os dias atuais provocou diversos impactos sem precedentes na maioria dos países do globo. O elevado número de mortes e alto índice de internações no auge da crise do coronavírus, denominado como SARS-CoV-2, provocaram um efeito cascata na economia global. Diversos setores foram afetados negativamente pelas políticas de contenção do coronavírus.

Podemos citar como principais formas de prevenção da doença o uso de máscaras de proteção, higienização das mãos e por fim medidas mais drásticas como o isolamento social. Essa última, conhecida como *lockdown*, por sua vez impactou diversas cadeias produtivas ao redor do globo. Podemos citar, por exemplo, a escassez de semicondutores que afetou diretamente os mercados de tecnologia e mais especificamente no Brasil a oferta de veículos automotores zero-quilômetro. Com a dificuldade das montadoras em atender a demanda por veículos novos, os compradores utilizam como alternativa os veículos seminovos, que por sua vez buscaram alternativas de veículos com maior tempo de uso. No fim das contas, ocorreu um aumento significativo no preço da maioria dos veículos automotores vendidos no Brasil.

Outro impacto relevante da pandemia foi a necessidade da implementação de políticas monetárias expansionistas que visavam equilibrar a quantidade de moeda em circulação na economia. Tal medida, justifica-se pela redução do consumo das famílias, que ocorreu mediante o aumento do desemprego causado pelo fechamento temporário de diversas empresas que atendiam os decretos de *lockdown* estaduais e municipais. Ao passo que as famílias tinham menos disponibilidade de recurso monetário para consumir produtos a nossa economia poderia entrar em recessão, reduzindo assim o nível de produtividade do país.

No Brasil a política monetária expansionista ficou evidente na redução drástica da taxa básica de juros durante a 232ª reunião do COPOM que chegou ao auge de 2% ao ano em agosto de 2020. Aliado à redução das taxas de juros que tinha por objetivo fomentar o consumo das famílias por meio da captação de crédito barato, tivemos ainda a iniciativa do governo federal chamada de auxílio emergencial que deu apoio financeiro às famílias de menor renda.

A redução da taxa básica de juros e o alto volume de subsídios financeiros concedidos no Brasil foram medidas de caráter monetário, financeiro e ainda políticos que impactam indiretamente as contas públicas da União, Estados e Municípios.

1.2 Justificativa

Por vezes o lado humano da relação de estado-sociedade tem sido mais evidenciado ao retratar os impactos do COVID-19. O que é um comportamento esperado tendo em vista que centenas de milhares de pessoas que morreram, vivem com sequelas da doença ou ainda não conseguiram recolocação no mercado de trabalho. Entretanto, este trabalho tem foco em um dos entes federativos que tem participação direta no combate da pandemia e que sofre igualmente de suas implicações.

Desde o início da crise citada anteriormente os veículos de comunicação tradicionais carecem de fornecer informações completas e específicas acerca das contas públicas dos entes federativos. Temos como exemplo o grande foco em divulgar informações orçamentárias a respeito de déficit ou superávit orçamentário, portanto retratando o impacto nos demonstrativos de planejamento orçamentário, enquanto os demais balanços financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais são pouco destacados. Analisar o conjunto de todos os demonstrativos pode proporcionar conclusões mais produtivas a respeito do tema e dos impactos da pandemia.

1.3 Objetivo Geral

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo verificar os impactos oriundos da pandemia do COVID-19 sobre as contas públicas do estado de São Paulo e as vertentes e interpretações distintas que as teorias do patrimônio líquido podem causar sobre uma mesma informação. Tal impacto será mensurado por meio da análise de indicadores das demonstrações contábeis e análise horizontal da evolução das contas durante os exercícios de 2019, 2020 e 2021.

1.4 Objetivo Específico

Serão analisadas, objetivamente, as variações dos indicadores contábeis aplicados em quatro das seis demonstrações contábeis obrigatórias elencadas no DCASP, a fim de identificar possíveis alterações abruptas nos exercícios de 2019, 2020 e 2021 causadas pela pandemia do COVID-19. Aliado à análise horizontal dos indicadores será possível ainda avaliar as principais teorias do patrimônio líquido e identificar a que melhor é aplicada aos interesses e especificidades do setor público.

A expectativa preliminar é evidenciar problemas como a redução na arrecadação tributária, aumento do endividamento no curto e longo prazo, cumprimento da execução orçamentária, dificuldades de liquidez de caixa e outras potenciais externalidades.

2. ARCABOUÇO TEÓRICO

2.1 Contabilidade Pública

Para iniciarmos as discussões e pormenores da análise dos indicadores das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público é de suma importância compreender o conceito e aplicação da contabilidade em um contexto amplo, dessa forma, a contabilidade pode ser definida como “ciência que estuda as variações do patrimônio das entidades” (SILVA e RODRIGUES, 2020, p. 9).

Com a definição de Silva e Rodrigues é possível afirmar a importância de se avaliar o crescimento ou retração do patrimônio de determinada entidade no decorrer de uma série histórica. No escopo de atuação deste trabalho será analisada a evolução do patrimônio público do estado de São Paulo durante os anos de 2019, 2020 e 2021 na forma de indicadores.

A implementação da contabilidade como ferramenta básica para demonstrar informações das empresas não fica restrito ao setor privado e muito menos ao terceiro setor. A contabilidade pública pode ser definida como “(...) o ramo da contabilidade que estuda, orienta, controla e demonstra a organização e execução da Fazenda Pública; o patrimônio público e suas variações” (KOHAMA, 2016, p. 24). Por se tratar de um braço da contabilidade com atuação intimamente relacionada à administração pública, suas entidades, patrimônio soberano e interesse da sociedade a contabilidade pública tem por característica ser mais normativa do que a contabilidade do setor privado (NIYAMA e SILVA, 2021, p.212)

A utilização da informação contábil no processo de tomada de decisão toma uma forma diferente no setor público por conta das especificidades de governo, características dos serviços prestados, processo administrativo, investimento em ativos não geradores de caixa, usuários da informação e utilização da teoria do fundo (NIYAMA e SILVA, 2021, p.212).

2.2 Contabilidade Pública no Brasil a partir da Lei 4.320/1964

Um dos principais marcos legais para a contabilidade pública no Brasil está evidenciado na Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964. Nas disposições preliminares do artigo 1º traz como objetivo instituir “(...) normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (...)”. No extenso corpo desta lei são elencadas as competências da União no que tange o direito financeiro, Lei Orçamentária Anual (LOA), princípios orçamentários que servirão de alicerces

para a construção de uma boa execução e controle orçamentário, categorias da receita e despesa, normas para contabilidade orçamentária, financeira, patrimonial e por fim as demonstrações contábeis obrigatórias a serem confeccionadas pelos diversos entes da federação.

Para o escopo deste trabalho é importante extrair do capítulo IV da Lei nº 4.320/64 os balanços que são determinados como obrigatórios: balanço orçamentário (BO), balanço financeiro (BF), balanço patrimonial (BP) e demonstração das variações patrimoniais (DVP).

Segundo o Art. 102 da Lei nº 4.320/64 o balanço orçamentário “demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas” (BRASIL, 1964). Dessa forma, o BO funciona como mecanismo de verificação de planejamento passado com relação à execução realizada de fato. O resultado do BO nos fornecerá as informações de cumprimento ou não das previsões iniciais por meio de superávit ou déficit orçamentário.

Já o balanço financeiro do setor público tem por objetivo apresentar os ingressos e dispêndios de recursos financeiros do setor público por meio do confronto entre receitas orçamentárias e despesas orçamentárias. Dessa forma, o BF é definido no Art. 103 da Lei nº 4.320/64 como:

“O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.”

Segundo o Art. 104 da Lei nº 4.320/64, “A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício” (BRASIL, 1964). A DVP funciona de forma semelhante à demonstração de resultado do exercício (DRE) para as entidades privadas e tem por objetivo apresentar as variações aumentativas e diminutivas do patrimônio líquido (PL) das entidades do setor público. No setor privado o resultado da DRE evidenciará lucro ou prejuízo para a empresa, enquanto no setor público teremos o resultado patrimonial do período auferido com base no confronto das variações patrimoniais aumentativas com as variações patrimoniais diminutivas.

Por fim, a Lei nº 4.320/64 elenca os elementos que deverão compor o balanço patrimonial das entidades do setor público, são eles: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente, saldo patrimonial e contas de compensação, conforme cita o Art. 105 da referida lei. Já o DCASP exige ainda a apresentação do BP aos moldes do que

obriga a Lei nº 6.404/76 aplicada às empresas do setor privado. O BP do setor público novamente nos remete à semelhanças com a demonstração de mesmo nome utilizada no setor privado e tem por função evidenciar a situação patrimonial das entidades.

2.3 Lei Complementar nº 101 - Lei de responsabilidade fiscal

Em meados dos anos 2000 outro importante marco regulatório para as finanças públicas brasileiras no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios foi aprovado e ficou conhecido popularmente como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ou apenas Lei Complementar nº 101/2000, que tem por objetivo “(...) estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal (...)” (BRASIL, 2000).

O grande viés advindo da LRF tem foco na atuação transparente dos gestores públicos com relação à utilização de recursos, cumprimento de obrigações legais e eventuais penalidades por descumprimento dos dispositivos desta lei. Essas medidas visam garantir com primazia o equilíbrio das contas públicas, conforme cita o primeiro parágrafo do Art. 1 da referida Lei.

A necessidade de práticas de gestão e divulgação de informações úteis mais transparentes é um dos pilares que regem a LRF e que dentre outros fatores facilitam trabalhos de pesquisa e ainda a participação popular na verificação da gestão por meio da difundida divulgação da prestação de contas dos diversos entes federativos, conforme o Art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000.

2.4 Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) é a instrumentalização dos poderes concedidos à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) na forma de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal. O MCASP atua como um braço de apoio à contabilidade como ciência que visa compreender a evolução do patrimônio das diversas entidades no decorrer de uma série histórica, dessa forma o manual trabalha em consonância com as legislações contábeis aplicadas ao setor público e as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

As principais atribuições destinadas à STN estão relacionadas à edição de normativos, manuais e plano de contas. Com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e o MCASP é possível auxiliar os diferentes entes da federação na adequação ao processo de convergência às normas internacionais e proporcionar informações contábeis mais

padronizadas que propiciarão um melhor processo decisório dos diversos usuários dessas informações.

2.5 Teorias do Patrimônio líquido

Aritmeticamente o patrimônio líquido das entidades é calculado pela subtração do total de exigibilidades do passivo menos o total de ativos. Contudo, tal fórmula limita o escopo para o devido entendimento das obrigações da empresa para com suas partes interessadas. Tanto passivo como patrimônio líquido compõem o lado credor do balanço patrimonial, ou seja, o lado financiador da empresa.

Podemos entender o passivo de forma simplória como fonte de financiamento com terceiros (funcionários, fornecedores, fisco, bancos e outros agentes) e literalmente como exigibilidades (NIYAMA e SILVA, 2021, p.119). Niyama e Silva alertam ainda que o conceito de exigibilidades em contabilidade pode englobar em sentido mais amplo todo o lado credor do balanço patrimonial, sendo sinônimo ainda para as exigibilidades para com os sócios, logo, o patrimônio líquido. O patrimônio líquido representa o financiamento com recursos próprios que foram aportados pelos acionistas, cotistas e sócios.

Os ativos, passivos e patrimônio líquido das entidades podem ser conceituados de diferentes formas a depender da teoria do patrimônio na qual está sendo tratado. Para tal, faz-se necessário elencar a Teoria do Proprietário, Entidade e Fundo para compreender a forma com que o patrimônio dos entes públicos foi afetado pela pandemia do COVID-19 e se diferentes perspectivas de entendimento do patrimônio provocarão por consequência, ou não, interpretação distintas para os indicadores calculados.

2.5.1 Teoria do Proprietário

A ideia de propriedade na contabilidade tem como objetivo principal a proteção dos interesses dos proprietários (partes que integralizaram recursos para constituir a empresa), pois todas as entradas e saídas monetárias são desdobradas e controladas para que o principal interessado possa ter clareza de todos os seus direitos e obrigações. Por meio da contabilidade escriturada as despesas da empresa são subtraídas e as receitas adicionadas à riqueza do proprietário e remetendo ao que seria o lucro da entidade e por consequência a distribuição de dividendos do proprietário (NIYAMA e SILVA, 2021, p.142).

Niyama e Silva (2021) defendem que o pensamento que molda a teoria do proprietário está mais bem alinhado às empresas mais simples. Esta lógica é mais aplicável às empresas menores, com menor número de acionistas e menor complexidade administrativa. Por outro lado, em grandes empresas como sociedades anônimas, a figura do proprietário pode perder o foco principal e principalmente o seu poder de decisão, pois a gestão é feita por uma equipe de gestores em conjunto do conselho de administração e financeiro, cujas responsabilidades são divididas de acordo com as suas especializações. Assim, não é tão simples aplicar a teoria do proprietário a estas empresas com a mesma eficácia do que as pequenas empresas.

2.5.2 Teoria da Entidade

A teoria da entidade é uma abordagem para a contabilidade que assume que a empresa tem uma existência separada e distinta da dos proprietários e acionistas (NIYAMA e SILVA, 2021, p.143). Esta abordagem considera a empresa como um ente legalmente responsável, com sua própria personalidade e responsabilidade financeira. Dessa forma, a teoria da entidade atende aos anseios das sociedades empresariais em que a responsabilidade dos sócios é limitada ao capital. As sociedades limitadas baseiam-se na premissa de que as decisões e capital da empresa são distintas dos proprietários.

A equação do balanço patrimonial que representa a teoria da entidade é apresentada como Ativo sendo igual ao somatório das exigibilidades com o patrimônio líquido, diferente da teoria do proprietário no qual o ativo subtraído do passivo seria igual ao patrimônio líquido.

2.5.3 Teoria do Fundo

A última teoria do patrimônio se encaixa em uma dinâmica de restrição de recursos financeiros aportados para desempenhar determinadas atividades nas entidades do terceiro setor (Organização não-governamental, fundações, cooperativas, institutos e outros) e setor público. Hendriksen e Van Breda (1999) abordam que a teoria do fundo:

“(...) trata a empresa como uma unidade operacional, orientada para atividades, como base da contabilidade. Essa área de interesse, denominada fundo, inclui um grupo de ativos e obrigações e restrições correspondentes, representando funções ou atividades econômicas específicas.”

Na teoria do fundo os ativos, passivos e capital investido estão todos interconectados. Os ativos representam serviços possíveis ao fundo e passivos e capital são restrições para o uso destes ativos, ou seja, o uso do recurso financiador (passivo ou capital próprio) é limitado a determinados objetivos atribuídos àquele ativo. Dessa forma, a equação que representa a teoria do fundo é definida pela igualdade dos ativos com as restrições do fundo (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999, p.469).

2.6 Análise de Balanços Públicos

O trabalho de analisar os dados presentes nas demonstrações contábeis das entidades, sejam elas públicas ou privadas, almeja compreender a realidade destas por meio das informações escrituradas pela contabilidade. Dessa forma, Kohama (2015) aborda que a palavra análise em si está intimamente relacionada com a investigação dos fatos com base em dados apresentados.

A característica qualitativa de melhoria denominada de comparabilidade é parte essencial da análise de balanços. Os dados de forma isolada apresentam pouco impacto com relação ao todo, dessa forma faz-se necessário comparar esse dado com relação a um grupo maior (análise vertical). Por sua vez, comparar informações no decorrer de uma série histórica também nos retornará informações mais úteis para o processo decisório, sendo possível evidenciar a evolução da empresa no decorrer do tempo (análise horizontal).

Ao se trabalhar com a análise e interpretação dos balanços públicos, é importante considerar que se trata de documentos que devem ser analisados de forma consolidada. Isso significa que todas as informações contidas nos documentos devem ser consideradas como um todo, não apenas os números individuais. Dessa forma, pode-se ter uma visão mais ampla dos resultados apresentados, permitindo que se façam melhores interpretações e análises (KOHAMA, 2015, p.124).

Para uma devida análise e entendimento da realidade dos entes federativos é necessário adaptar alguns preceitos da contabilidade aplicada ao setor privado. Os resultados apontados no setor público estão mais preocupados no atendimento de metas gerenciais e evolução do patrimônio público, proporcionando benefícios à sociedade como um todo, enquanto o resultado do setor privado está direcionado ao ganho de capital, rentabilidade, lucros e prejuízos (KOHAMA, 2015, p.121).

Neste sentido, devem ser consideradas as demonstrações contábeis e indicadores financeiros que podem ser analisados para compreender a saúde financeira da organização.

Adicionalmente, a análise das demonstrações contábeis deve considerar os princípios contábeis e práticas contábeis aplicáveis, bem como as leis, regulamentos e normas que regem o mercado em que a organização atua.

Por fim, a análise das demonstrações contábeis deve levar em conta fatores que possam influenciar os resultados, como mudanças econômicas, políticas ou ambiente de negócios. Justifica-se o fato da crise na saúde causada pela pandemia do COVID-19 no que tange os aspectos de mudanças econômicas e de ambiente de negócios, pois as consequências da doença tanto em número de morte quanto isolamento social proporcionou um efeito em cascata nas diversas cadeias produtivas no decorrer do mundo, que por consequência pode mudar as perspectivas de arrecadação de recursos do setor público.

2.6.1 Análise Vertical

Neto (2020) aborda que a análise vertical (AV) é usada para medir a significância de uma conta ou grupo de contas em comparação com outras contas que mantém certo nível de semelhança entre si em um mesmo período ou demonstrativo contábil. Por exemplo, a análise vertical pode ser usada para medir a participação das obrigações com terceiros com bancos, funcionários e fisco em relação ao total do grupo do passivo circulante ou ainda do passivo total. Dessa forma, temos a razão entre uma conta alvo dividida pela conta de comparação que compõem um total ou subtotal.

A AV oferece uma visão mais aprofundada de como uma única conta ou grupo de contas se compara a outras contas em um mesmo período. Podemos usar a análise vertical para avaliar a saúde financeira geral da empresa, bem como para identificar tendências e riscos potenciais, pois a AV é ampla e aplicável a todas as demonstrações contábeis elaboradas pela empresa.

2.6.2 Análise Horizontal

Análise horizontal (AH) é um dos principais métodos de análise de dados contábeis, pois permite avaliar o desempenho de uma empresa ao longo do tempo, a partir de uma conta em um período base e sua razão para os exercícios que serão comparados. A determinação da evolução de uma conta utilizando a AH é feita pela razão entre o valor em determinado período/data (Vd) com o valor travado em uma data base (Vb). Desta forma temos a fórmula: número-índice = $(Vd / Vb) \times 100$ (NETO, 2020, p.108). Para facilitar o entendimento do crescimento ou contração das contas analisadas o cálculo na AH deste trabalho utilizará a fórmula: (Valor

ano $n + 1$ - Valor ano n) / Valor ano n , portanto o valor retornado indicará o percentual de crescimento ou decréscimo do ano $n+1$ em relação ao ano n .

Contudo, a AH não se limita em calcular apenas números-índices, podemos ainda traçar uma série histórica com base em indicadores calculados para cada exercício, ou seja, usamos ambas as ferramentas AH e AV em conjunto para compreender melhor o contexto macro do que está sendo analisado. Para tal, neste trabalho utilizaremos ambas as análises combinadas na forma de gráficos em duas dimensões.

2.6.3 Indicadores Financeiros e orçamentários

No geral os índices ou indicadores são ferramentas essenciais para tomar conclusões a respeito da entidade que está sendo analisada e nos permite comparações com os exercícios passados e ainda traçar paralelos com empresas do mesmo setor de atuação (NETO, 2020, p169).

2.6.3.1 Indicadores do Balanço Orçamentário

I. Quociente de execução da receita: Receita realizada / Previsão inicial

Interpretação do resultado do quociente: O resultado 1 indica um equilíbrio perfeito entre a previsão inicial da arrecadação e a receita realizada de fato. Acima de 1 temos a receita realizada acima da previsão inicial (excesso de arrecadação). Por fim, abaixo de 1 indica menor arrecadação realizada em relação ao previsto inicialmente (KOHAMA, 2015, p.127).

II. Quociente do equilíbrio orçamentário: Dotação atualizada / Previsão inicial

Interpretação do resultado do quociente: O resultado 1 indica um equilíbrio perfeito entre a previsão inicial da arrecadação e a dotação atualizada da despesa. Acima de 1 temos a dotação atualizada acima da previsão inicial de arrecadação. Para atender a legislação vigente a hipótese de resultado superior a 1 indica a abertura de créditos adicionais. Por fim, abaixo de 1 indica menor dotação atualizada em relação à receita prevista inicialmente (KOHAMA, 2015, p.128).

III. Quociente da execução da despesa: Despesas empenhadas / Dotação atualizada

Interpretação do resultado do quociente: O resultado 1 indica um equilíbrio perfeito entre a despesa empenhada e a dotação atualizada. Para que esse equilíbrio ocorra todas as despesas previamente autorizadas legalmente na dotação atualizada serão empenhadas posteriormente. Acima de 1 temos a despesa empenhada acima dotação atualizada. Kohama (2015) ressalta que essa possibilidade não poderá ocorrer, pois pressupõem que algumas despesas foram empenhadas sem a devida autorização legal. Por fim, abaixo de 1 indica menor despesa empenhada em relação à dotação atualizada, ou seja, economia orçamentária (KOHAMA, 2015, p.129).

IV. Quociente da execução orçamentária corrente: Receita corrente realizada/ Despesa corrente empenhada

Interpretação do resultado do quociente: O resultado 1 indica um equilíbrio perfeito entre a receita corrente realizada e a despesa corrente empenhada. Para que esse equilíbrio ocorra toda a arrecadação corrente foi utilizada para cobertura de despesas correntes. Acima de 1 temos a receita corrente realizada acima da despesa corrente empenhada. Kohama (2015) ressalta que essa possibilidade é preferível, pois temos folga de recursos correntes para custear eventuais despesas de capital caso necessário. Por fim, abaixo de 1 indica menor receita corrente realizada em relação à despesa corrente empenhada. O indicador menor que 1 não poderá ocorrer, pois pressupõe uma arrecadação corrente menor do que as despesas correntes empenhadas (KOHAMA, 2015, p.130).

V. Quociente da execução orçamentária de capital: Receita de capital realizada / Despesa de capital empenhada

Interpretação do resultado do quociente: O resultado 1 indica um equilíbrio perfeito entre a receita de capital realizada e a despesa de capital empenhada. Para que esse equilíbrio ocorra toda a arrecadação de capital foi utilizada para cobertura de despesas de capital. Acima de 1 temos a receita de capital realizada acima da despesa de capital empenhada. Por fim, abaixo de 1 indica menor receita de capital realizada em relação à despesa de capital empenhada. O indicador menor que 1 é comum de acontecer e a despesa de capital poderá ser coberta com eventual folga na arrecadação das receitas correntes (KOHAMA, 2015, p.131).

VI. Quociente do resultado orçamentário: Receita realizada / Despesa empenhada

Interpretação do resultado do quociente: O resultado 1 indica um equilíbrio perfeito entre o total de receitas realizadas e o total de despesas empenhadas. Um resultado igual a um é improvável de acontecer, mas o quão mais perto de 1 é preferível. Acima de 1 temos a receita realizada acima da despesa empenhada. O indicador acima de 1 refletirá um superávit orçamentário de execução. Por fim, abaixo de 1 indica menor receita realizada em relação à despesa empenhada. O indicador menor que 1 refletirá um déficit orçamentário de execução (KOHAMA, 2015, p.132).

2.6.3.2 Indicadores Financeiros do Balanço Financeiro

I. Quociente da execução orçamentária: Receita orçamentária / Despesa Orçamentária

Interpretação do resultado do quociente: O resultado 1 indica um equilíbrio perfeito entre a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária realizada. Acima de 1 temos a receita orçamentária realizada acima da despesa orçamentária realizada. O indicador acima de 1 refletirá um superávit orçamentário na execução e movimentação financeira. Por fim, abaixo de 1 indica menor receita orçamentária realizada em relação à despesa orçamentária realizada. O indicador menor que 1 refletirá um déficit orçamentário de execução na execução e movimentação financeira (KOHAMA, 2015, p.142).

II. Quociente financeiro real da execução orçamentária: Receita orçamentária / Despesa orçamentária paga

No que se refere a este quociente a despesa orçamentária paga é encontrada subtraindo os restos a pagar inscritos no exercício do montante total da despesa orçamentária. Este indicador busca compreender o equilíbrio da receita orçamentária e despesa orçamentária sobre a ótica dos fluxos de caixa, retirando assim a inscrição dos restos a pagar, pois estes foram empenhados e liquidados, mas seu pagamento não foi realizado até 31 de dezembro do exercício.

Interpretação do resultado do quociente: O resultado 1 indica um equilíbrio perfeito entre a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária efetivamente paga. Acima de 1 temos a receita orçamentária realizada acima da despesa orçamentária paga. O indicador acima de 1 refletirá um superávit orçamentário na execução e movimentação financeira. Por fim, abaixo de 1 indica menor receita orçamentária realizada em relação à despesa orçamentária

paga. O indicador menor que 1 refletirá um déficit orçamentário de execução na execução e movimentação financeira (KOHAMA, 2015, p.143).

III. Quociente da execução extraorçamentária: Receita extraorçamentária / Despesa extraorçamentária

Interpretação do resultado do quociente: O resultado 1 indica um equilíbrio perfeito entre a receita extraorçamentária e a despesa extraorçamentária. Acima de 1 temos a receita extraorçamentária acima da despesa extraorçamentária. Por fim, abaixo de 1 indica menor receita extraorçamentária em relação à despesa extraorçamentária (KOHAMA, 2015, p.144).

IV. Quociente do resultado da execução financeira: Receita orçamentária + receita extraorçamentária / Despesa orçamentária + despesa extraorçamentária

Interpretação do resultado do quociente: O resultado 1 indica um equilíbrio perfeito entre a soma da receita orçamentária com receita extraorçamentária e a soma da despesa orçamentária com a despesa extraorçamentária. Acima de 1 temos a das receitas acima da soma das despesas. O indicador acima de 1 refletirá um superávit financeiro. Por fim, abaixo de 1 indica menor soma das receitas em relação à soma das despesas, ocasionando assim um déficit financeiro (KOHAMA, 2015, p.145).

V. Quociente do resultado dos saldos financeiros: Saldo que passa para o exercício seguinte / Saldo do exercício anterior

Interpretação do resultado do quociente: O resultado 1 indica um equilíbrio perfeito entre o saldo que passa para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior. Acima de 1 temos o saldo que passa para o exercício seguinte acima do saldo do exercício anterior. O indicador acima de 1 refletirá um superávit financeiro. Por fim, abaixo de 1 indica menor saldo que passa para o exercício seguinte em relação ao saldo do exercício anterior, ocasionando assim um déficit financeiro (KOHAMA, 2015, p.147).

2.6.3.3 Indicadores do Balanço Patrimonial

I. Quociente de liquidez imediata: Disponibilidade / Passivo circulante

Interpretação do resultado do quociente: O resultado 1 indica um equilíbrio perfeito entre o montante de disponibilidades e as obrigações de curto prazo. Acima de 1 temos mais recursos financeiros em disponibilidades do que obrigações de curto prazo para pagar. Por fim, abaixo de 1 indica menor quantidade de disponibilidade em relação às obrigações de curto prazo (KOHAMA, 2015, p.154).

II. Quociente de liquidez corrente: Ativo circulante / Passivo circulante

Interpretação do resultado do quociente: O resultado 1 indica um equilíbrio perfeito entre os ativos que compõem o circulante e as obrigações de curto prazo. Acima de 1 temos mais ativos circulantes do que obrigações de curto prazo para pagar. Por fim, abaixo de 1 indica menor quantidade de ativos circulantes em relação às obrigações de curto prazo (KOHAMA, 2015, p.154).

III. Quociente de liquidez geral: Ativo circulante + realizável a longo prazo / Passivo

Interpretação do resultado do quociente: O resultado 1 indica um equilíbrio perfeito entre a soma do ativo circulante com o realizável a longo e as obrigações totais do passivo. Acima de 1 temos mais ativos circulantes e realizável a longo prazo do que obrigações totais no passivo para pagar. Dessa forma, indicando capacidade de honrar compromissos somando os ativos de curto prazo e aqueles que se espera converter em disponibilidades em um período de tempo superior a 12 meses. Por fim, abaixo de 1 indica menor quantidade de ativos circulantes e realizável a longo prazo em relação às obrigações totais do passivo (KOHAMA, 2015, p.155).

IV. Quociente da composição do endividamento: Passivo circulante / Passivo

Interpretação do resultado do quociente: O resultado 1 indica que o passivo circulante é igual ao passivo total, portanto não existindo obrigações de longo prazo. Acima de 1 indicaria um passivo circulante maior que o passivo total, contudo, não poderá acontecer, pois o próprio passivo circulante compõe a somatória do passivo total. Por fim, abaixo de 1 indica menor quantidade de passivos circulantes em relação às obrigações totais do passivo (KOHAMA, 2015, p.156).

Para o indicador da composição do endividamento o objetivo primordial é identificar a proporção das obrigações de curto prazo em relação às de longo prazo e por consequência das obrigações totais. O cenário de indicador igual a 1 é remoto de ocorrer é maior que 1 impossível, logo teremos um indicador abaixo de 1 na maioria dos casos.

V. Quociente do resultado patrimonial: Ativo / Passivo

Interpretação do resultado do quociente: O resultado 1 indica um equilíbrio perfeito entre ativo total e o passivo total. O cenário de indicador igual a 1 é remoto de ocorrer, pois pressupõe um somatório do patrimônio líquido igual a zero. Acima de 1 temos mais ativos do que passivos. Por fim, abaixo de 1 indica menor quantidade de ativos em relação às obrigações totais. Tal cenário é constatado inúmeras vezes, conforme veremos mais à frente neste trabalho, por conta do patrimônio líquido ser negativo em virtude de resultados acumulados de outros exercícios (KOHAMA, 2015, p.157).

VI. Quociente da situação financeira: Ativo financeiro / Passivo financeiro

Interpretação do resultado do quociente: O resultado 1 indica um equilíbrio perfeito entre os ativos financeiros e passivos financeiros. Acima de 1 temos mais ativos financeiros do que passivos financeiros. Por fim, abaixo de 1 indica menor quantidade de ativos financeiros em relação aos passivos financeiros (KOHAMA, 2015, p.159).

VII. Quociente da situação permanente: Ativo permanente / Passivo permanente

Interpretação do resultado do quociente: O resultado 1 indica um equilíbrio perfeito entre os ativos permanentes e passivos permanentes. Acima de 1 temos mais ativos permanentes do que passivos permanentes. Por fim, abaixo de 1 indica menor quantidade de ativos permanentes em relação aos passivos permanentes (KOHAMA, 2015, p.160).

2.6.3.4 Indicadores da Demonstração das Variações Patrimoniais

I. Quociente dos ganhos e perdas de ativos: Valorização e ganhos com ativos / Desvalorização e perda com ativos

No que tange os balanços públicos a DVP se assemelha a DRE utilizada pelas empresas privadas, contudo se diferencia bastante na nomenclatura utilizada para denominar os efeitos de aumento e diminuição do patrimônio líquido. Para tal, as variações patrimoniais aumentativas (VPAs) provocam efeito modificativo positivo no patrimônio líquido e não apenas permuta entre contas do ativo e passivo, enquanto as variações patrimoniais diminutivas (VPDs) provocam efeito modificativo negativo no patrimônio líquido seguindo a mesma lógica das VPAs.

Interpretação do resultado do quociente: O resultado 1 indica um equilíbrio perfeito entre as VPAs com valorização e ganho com ativos e VPDs com desvalorização e perda de ativos. Acima de 1 temos mais VPAs com valorização e ganho de ativos do que VPDs com desvalorização e perda de ativos. Por fim, abaixo de 1 indica menor montante de VPAs com valorização e ganho de ativos em relação às VPDs com desvalorização e perda de ativos (KOHAMA, 2015, p.176).

II. Quociente do resultado das variações patrimoniais: $\text{Variações patrimoniais aumentativas} / \text{Variações patrimoniais diminutivas}$

Interpretação do resultado do quociente: O resultado 1 indica um equilíbrio perfeito entre as VPAs e VPDs. Acima de 1 temos mais VPAs do que VPDs, refletindo em aumento do patrimônio líquido. Por fim, abaixo de 1 indica menor montante de VPAs em relação às VPDs (KOHAMA, 2015, p.177)

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Abordagem da pesquisa

Sistemas de classificação podem ser aplicados a todos os tipos de pesquisa, desde aquelas que se propõem a realizar um estudo sobre um assunto específico, até aquelas que têm por objetivo a análise de um fenômeno ou o desenvolvimento de tecnologias. Uma vez que os autores estão cientes de que o seu trabalho é classificável, eles podem direcionar mais facilmente seus esforços para obter os resultados desejados. Além disso, a classificação das pesquisas pode ajudar na comunicação entre os pesquisadores, filtrar tipos de trabalho por afinidade, compará-los e por fim avaliá-los.

Gil (2022) aborda que parte do resultado e avaliação de um trabalho de pesquisa está diretamente relacionado ao método de obtenção dos dados coletados. Para tal, utilizou-se do método de coleta de dados quantitativos para capturar, filtrar, calcular e interpretar as informações pertinentes para o atingimento dos objetivos deste trabalho. A pesquisa quantitativa no geral proporciona resultados mais objetivos, livres de viés e que se espera resultados que representem a realidade da população por meio da amostra coletada.

Para garantir um alto grau de idoneidade foram coletadas informações dos demonstrativos financeiros do estado de São Paulo por meio do sítio da secretaria de fazenda estadual desta unidade federativa.

3.2 Objetivos da Pesquisa

Como objetivo geral deste trabalho é empregada a pesquisa descritiva, que almeja conhecer características e correlações de uma população ou fenômeno (GIL, 2022, p. 42). A população é representada pela totalidade dos estados brasileiros, contudo esta análise se limitará a conhecer as apenas as características do estado de São Paulo por meio dos indicadores financeiros que representam o equilíbrio ou desequilíbrio e evolução das contas públicas, concomitantemente à correlação da pandemia do COVID-19 com a gestão estadual.

3.3 Restrição de amostra

Para delimitar o escopo de pesquisa deste trabalho foi escolhido o estado mais populoso e com maior participação produtiva no Brasil. Foi utilizado o Produto Interno Bruto (PIB)

calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na intenção de identificar esse nível de produtividade de São Paulo, que ficou no patamar de R\$ 2,37 trilhões em 2020.

Para compreender os possíveis impactos da crise na saúde causada pelo COVID-19 nas contas públicas do estado de São Paulo serão calculados os indicadores contábeis do balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial e demonstração das variações patrimoniais para os anos de 2019, que antecedeu a crise global, 2020 e 2021, período do qual a pandemia ocorreu e desfrutamos dos seus impactos.

3.4 Procedimentos Técnicos

Este trabalho utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental para alcance de seus objetivos. A pesquisa bibliográfica fica evidenciada no uso de livros, leis e demonstrativos contábeis do setor público para a construção do arcabouço teórico do trabalho. Gil (2022) define a pesquisa bibliográfica como aquela que utiliza como base materiais já existentes, podendo ser livros, jornais, revistas, teses, dissertações, CDs e até mesmo material encontrado na internet. Para garantir a integridade da pesquisa faz-se necessário identificar as condições dos dados coletados, precisão, incoerências e interferências. Pois, trabalhar em cima de um material errôneo poderá comprometer a qualidade e conclusões finais do trabalho (GIL, 2022, p. 44)

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A seguir serão apresentados os cálculos dos indicadores do balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial e demonstração das variações patrimoniais aliado com a análise horizontal comparando a evolução dos saldos das contas que compõem a fórmula dos quocientes. A fim de proporcionar um resultado mais fiel com a realidade atual, os indicadores foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) calculado pelo IBGE.

A série histórica anual do INPC calculada e divulgada pelo IBGE evidencia aumentos de 5,45%, 10,16% e 5,93% para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 respectivamente. Até o presente momento o INPC calculado para o mês de janeiro de 2023 ficou em 0,46%. Dessa forma, os valores extraídos dos balanços do estado de São Paulo serão corrigidos com acréscimos de 22% em 2019, 16,55% em 2020 e 6,39% em 2020, que representa o período proporcional para correção.

4.1 Análise dos Indicadores e Análise Horizontal

4.1.1 Indicadores do Balanço Orçamentário

Quadro 1 - Indicadores do Balanço Orçamentário

Indicadores do Balanço Orçamentário									
Índice	Fórmula	2019		2020			2021		
		Valores (R\$ Mil)	Resultado	Valores (R\$ Mil)	AH	Resultado	Valores (R\$ Mil)	AH	Resultado
Quociente de execução da receita	Receita realizada	R\$ 314.081.060,93	0,9870	R\$ 310.242.455,39	-1,22%	0,9867	R\$ 324.671.723,90	4,65%	1,1008
	Previsão inicial	R\$ 318.213.315,16		R\$ 314.429.517,40	-1,19%		R\$ 294.937.038,87	-6,20%	
Quociente do equilíbrio orçamentário	Dotação atualizada	R\$ 331.475.151,30	1,0417	R\$ 334.073.938,57	0,78%	1,0625	R\$ 334.794.108,22	0,22%	1,1351
	Previsão inicial	R\$ 318.213.315,16		R\$ 314.429.517,40	-1,19%		R\$ 294.937.038,87	-6,20%	
Quociente da execução da despesa	Despesas empenhadas	R\$ 314.756.926,78	0,9496	R\$ 301.239.640,53	-4,29%	0,9017	R\$ 318.362.179,97	5,68%	0,9509
	Dotação atualizada	R\$ 331.475.151,30		R\$ 334.073.938,57	0,78%		R\$ 334.794.108,22	0,22%	
Quociente da execução orçamentária corrente	Receita corrente realizada	R\$ 306.173.365,17	1,0480	R\$ 306.053.127,15	-0,04%	1,0821	R\$ 317.560.263,97	3,76%	1,1310
	Despesa corrente empenhada	R\$ 292.145.336,27		R\$ 282.822.578,39	-3,19%		R\$ 280.781.631,32	-0,72%	
Quociente da execução orçamentária de capital	Receita de capital realizada	R\$ 7.907.695,76	0,3497	R\$ 4.189.328,24	-47,02%	0,2275	R\$ 7.111.459,92	69,75%	0,1892
	Despesa de capital empenhada	R\$ 22.611.590,51		R\$ 18.417.062,15	-18,55%		R\$ 37.580.548,65	104,05%	
Quociente do resultado orçamentário	Receita realizada	R\$ 314.081.060,93	0,9979	R\$ 310.242.455,39	-1,22%	1,0299	R\$ 324.671.723,90	4,65%	1,0198
	Despesa empenhada	R\$ 314.756.926,78		R\$ 301.239.640,53	-4,29%		R\$ 318.362.179,97	5,68%	

I. Quociente de execução da receita:

O resultado do quociente para os exercícios de 2019 e 2020 foi inferior a 1, indicando, portanto, que a receita realizada não atingiu as expectativas de planejamento alçadas na previsão inicial. Apesar da receita corrente realizada ser maior do que a prevista inicialmente por conta de uma maior arrecadação com tributos e contribuições, o indicador ficou abaixo de 1 em virtude da redução na receita de capital realizada, impactada principalmente por menos captação de recursos com operações de crédito e alienação de bens do que o previsto inicialmente.

Em 2021 o cenário se inverteu e podemos constatar maior arrecadação realizada com relação à previsão inicial principalmente por conta da receita com tributos. O ano de 2021 foi um exercício de recuperação no qual o governo do estado de São Paulo precisou aumentar a arrecadação com a majoração da alíquota de alguns impostos como o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) e redução de incentivos tributários que vigoravam até a publicação da Lei nº 17.293/2020 e dos decretos nº 65.252/2020, 65.253/2020, 65.254/2020 e 65.255/2020.

Apesar dos indicadores abaixo de 1 nos dois primeiros exercícios, espera-se resultados próximos de 1, preferencialmente acima. Já na análise horizontal comparando os saldos que compõem os quocientes podemos perceber reduções na casa de 1% tanto na receita realizada quanto na previsão inicial do exercício de 2019 para o exercício de 2020. Por fim, no ano de 2021 houve um salto superior a 4% na receita realizada comparando com o exercício anterior, enquanto a previsão inicial reduziu mais de 6%.

II. Quociente do equilíbrio orçamentário:

Para todos os exercícios o indicador foi superior a 1 o que indica um cenário mais habitual e esperado, onde a dotação atualizada supera a receita prevista inicialmente gerando a necessidade de abertura de créditos adicionais. A redução percentual da previsão inicial foi modesta em 2020 e superior a 6% em 2021, entretanto a dotação atualizada após a abertura dos créditos adicionais se manteve praticamente igual nos 3 exercícios.

III. Quociente da execução da despesa:

Para todos os exercícios o indicador foi inferior a 1. Kohama (2015) aponta esta hipótese como a mais usual, onde ocorre uma economia orçamentária por conta de menos despesas empenhadas, ou seja, aquelas que foram pagas, realizadas em relação ao planejamento e autorização da dotação atualizada. A análise horizontal do exercício 2020 evidencia uma redução de 4,29% e 2021 um aumento em mais de 5% nas despesas empenhadas e dotação atualizada quase inalterada em relação aos números dos exercícios anteriores.

IV. Quociente da execução orçamentária corrente:

Para todos os exercícios o indicador foi superior a 1. O cenário positivo antes e durante a pandemia foi por conta do maior volume de receita corrente realizada em relação às despesas correntes empenhadas. Dessa forma, existe folga para cobrir as despesas de capital se eventualmente extrapolarem as receitas de capital. O planejamento orçamentário do estado de São Paulo já prevê esse cenário em virtude de tanto a previsão inicial quanto as receitas de capital realizadas serem muito inferiores à dotação inicial e despesa empenhada de capital. Já a variação entre os exercícios foi mínima tanto nos aumentos quanto nos decréscimos.

V. Quociente da execução orçamentária de capital:

Reafirmando o cenário dado no quociente anterior, a arrecadação de capital realizada em todos os exercícios foi inferior às despesas de capital empenhadas. Dessa forma, não haverá recurso suficiente oriundo das receitas de capital para arcar com as despesas de capital. Apesar do indicador estar mais próximo de zero do que de 1 em todos os exercícios, esse cenário não é alarmante em virtude da folga na arrecadação corrente.

Os valores que sofreram mais alterações no decorrer dos anos analisados foram os que compõem o quociente de execução orçamentária de capital. A receita de capital realizada caiu quase pela metade no exercício de 2020 para 2021, enquanto a despesa de capital reduziu 18,55% no mesmo período. A redução superior a R\$ 3 bilhões nas receitas de capital é oriunda de menos captação de empréstimos e redução de outras receitas de capital. No exercício de 2020 houve também uma redução significativa de mais do que R\$ 4 bilhões apenas na amortização da dívida.

Já no exercício de 2021 o aumento da receita de capital realizada foi superior a 69,75% e o aumento da despesa de capital empenhada mais que dobrou. O aumento da receita de capital foi impulsionado por um aumento na casa dos R\$ 3 bilhões com outras receitas de capital que

em sua maioria são compostas por depósitos judiciais para pagamento de precatórios. A despesa de capital aumentou em todas as contas que compõem o grupo: investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida.

VI. Quociente do resultado orçamentário:

Por fim, o indicador que resume a situação orçamentária do estado indica um déficit orçamentário de execução em 2019 e um superávit orçamentário de execução nos exercícios seguintes. Apesar do superávit apresentado durante a pandemia é possível notar que o montante de despesas empenhadas em 2021 aumentou proporcionalmente à arrecadação realizada. O aumento das despesas empenhadas em 2021 foi empurrado pelo crescimento de investimentos, amortização de dívidas e pagamento de juros.

4.1.2 Indicadores do Balanço Financeiro

Quadro 2 - Indicadores do Balanço Financeiro

Indicadores do Balanço Financeiro									
Índice	Fórmula	2019		2020			2021		
		Valores (R\$ Mil)	Resultado	Valores (R\$ Mil)	AH	Resultado	Valores (R\$ Mil)	AH	Resultado
Quociente da execução orçamentária	Receita orçamentária	R\$ 314.081.060,93	0,9979	R\$ 310.242.455,39	-1,22%	1,0299	R\$ 324.671.723,90	4,65%	1,0198
	Despesa orçamentária realizada	R\$ 314.756.926,78		R\$ 301.239.640,53	-4,29%		R\$ 318.362.179,97	5,68%	
Quociente financeiro real da execução orçamentária	Receita orçamentária	R\$ 314.081.060,93	1,0803	R\$ 310.242.455,39	-1,22%	1,1291	R\$ 324.671.723,90	4,65%	1,1849
	Despesa orçamentária paga (Despesa orçamentária -	R\$ 290.728.171,19		R\$ 274.763.021,60	-5,49%		R\$ 273.999.911,17	-0,28%	
Quociente da execução extraorçamentária	Receita extraorçamentária	R\$ 24.028.755,58	0,7549	R\$ 26.476.619,65	10,19%	0,8690	R\$ 44.362.269,74	67,55%	1,9207
	Despesa extraorçamentária	R\$ 31.830.660,81		R\$ 30.469.261,83	-4,28%		R\$ 23.097.246,96	-24,19%	
Quociente do resultado da execução financeira	Receita orçamentária + receita extraorçamentária	R\$ 338.109.816,52	0,9755	R\$ 392.454.836,65	16,07%	1,0151	R\$ 392.624.122,64	0,04%	1,0808
	Despesa orçamentária + despesa extraorçamentária	R\$ 346.587.587,59		R\$ 386.615.350,13	11,55%		R\$ 363.286.879,34	-6,03%	
Quociente do resultado dos saldos financeiros	Saldo que passa para o exercício seguinte	R\$ 49.008.453,74	0,9214	R\$ 62.756.681,27	28,05%	1,3305	R\$ 91.633.828,19	46,01%	1,5991
	Saldo do exercício anterior	R\$ 53.188.078,92		R\$ 46.851.802,48	-11,91%		R\$ 57.304.336,60	22,31%	

I. Quociente da execução orçamentária:

No primeiro ano o quociente ficou abaixo de 1 e nos dois anos subsequentes ligeiramente acima de 1, indicando, portanto, déficit em 2019 e superávit orçamentário na execução da movimentação financeira em 2020 e 2021. Apesar de apresentar déficit em 2019, o indicador ficou muito próximo do equilíbrio orçamentário indicado por um resultado igual a 1. A análise horizontal demonstra um decréscimo nas receitas e despesas orçamentárias em 2020 e um aumento de 4,65% nas receitas e 5,68% nas despesas orçamentárias realizadas em 2021.

II. Quociente financeiro real da execução orçamentária:

Esse indicador almeja identificar uma relação parecida com o quociente anterior, contudo líquido dos restos a pagar inscritos no exercício, portanto foram subtraídas as despesas que foram empenhadas ou empenhadas e liquidadas, mas não pagas ou ainda canceladas até o fim do exercício.

Diferente do quociente de execução orçamentária, teremos superávit orçamentário na execução da movimentação financeira pelo regime de caixa em todos os exercícios.

III. Quociente da execução extraorçamentária:

O indicador ficou abaixo de 1 nos dois primeiros anos, evidenciando um volume de receitas extraorçamentárias inferior às despesas extraorçamentárias. Em 2021 o indicador ficou próximo de 2 em virtude de um aumento abrupto nas receitas extraorçamentárias. No fechamento de 2021 o montante de receita extraorçamentária evoluiu 67,55% por conta do aumento em inscrição de restos a pagar não processados e processados neste exercício. Já a despesa extraorçamentária reduziu quase 24,19% em consequência da minoração nas variações extraorçamentárias evidenciadas no anexo 13 do balanço geral do estado de São Paulo.

O indicador em 1,92 durante o exercício de 2021 ligaria uma luz de alerta, pois representa um aumento na dívida flutuante, que é definida no primeiro parágrafo do artigo 155 do Decreto nº 93.872 como: “(...) compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de autorização orçamentária (...)” (BRASIL, 1986). Contudo, o crescimento superior a R\$ 18 bilhões nos recebimentos extraorçamentários é compensado com um aumento superior das

disponibilidades nos cofres públicos de São Paulo, logo apresentando capacidade de honrar os compromissos de curto prazo oriundos da inscrição de restos a pagar.

IV. Quociente do resultado da execução financeira:

Em 2019 o indicador alcança 0,97, logo apresenta déficit financeiro, enquanto os exercícios subsequentes o resultado alcançado é ligeiramente acima de 1, portanto superávit financeiro. O quociente do resultado da execução financeira é o indicador que resume a situação do balanço financeiro, pois englobamos todos os recebimentos e dispêndios do período. Mais uma vez o cenário é de evolução positiva nas contas públicas do estado de São Paulo evidenciado pela melhora do indicador nos anos de 2020 e 2021.

A análise horizontal evidencia aumentos consideráveis nos saldos de recebimentos e pagamentos em 2020 e uma estagnação para o exercício seguinte.

V. Quociente do resultado dos saldos financeiros:

O indicador ficou abaixo de 1 no primeiro exercício, indicando assim que o saldo que passou para o exercício seguinte foi inferior ao saldo do exercício anterior. Já nos anos subsequentes o cenário se inverte com mais valores que passam para o exercício seguinte do que saldos do exercício anterior, logo temos um resultado de 1,33 em 2020 e 1,59 em 2021.

Houve um acréscimo de 28% do saldo que passa para o exercício seguinte em 2020 e um sucessivo crescimento de 46% em 2021. Quanto ao saldo do exercício anterior, evidenciou redução quase 12% em 2020 e aumento de 22,31% em 2021.

4.1.3 Indicadores do Balanço Patrimonial

Quadro 3 - Indicadores do Balanço Patrimonial

Indicadores do Balanço Patrimonial								
Fórmula	2019		2020			2021		
	Valores (R\$ Mil)	Resultado	Valores (R\$ Mil)	AH	Resultado	Valores (R\$ Mil)	AH	Resultado
Disponibilidade	R\$ 34.572.202,87	0,5559	R\$ 51.559.346,20	49,14%	0,6545	R\$ 74.226.809,79	43,96%	0,7420
Passivo circulante	R\$ 62.188.140,86		R\$ 78.782.549,98	26,68%		R\$ 100.042.052,51	26,99%	
Ativo circulante	R\$ 95.112.886,91	1,5294	R\$ 107.563.012,09	13,09%	1,3653	R\$ 135.878.223,59	26,32%	1,3582
Passivo circulante	R\$ 62.188.140,86		R\$ 78.782.549,98	26,68%		R\$ 100.042.052,51	26,99%	
Ativo circulante + realizável a longo prazo	R\$ 311.454.098,12	0,1788	R\$ 312.348.703,07	0,29%	0,1999	R\$ 329.148.941,32	5,38%	0,2564
Passivo	R\$ 1.741.677.108,83		R\$ 1.562.555.670,01	-10,28%		R\$ 1.283.738.930,79	-17,84%	
Passivo circulante	R\$ 62.188.140,86	0,0357	R\$ 78.782.549,98	26,68%	0,0504	R\$ 106.437.140,67	35,10%	0,0779
Passivo	R\$ 1.741.677.108,83		R\$ 1.562.555.670,01	-10,28%		R\$ 1.365.800.658,20	-12,59%	
Ativo	R\$ 570.809.702,50	0,3277	R\$ 561.838.597,25	-1,57%	0,3596	R\$ 571.237.179,97	1,67%	0,4450
Passivo	R\$ 1.741.677.108,83		R\$ 1.562.555.670,01	-10,28%		R\$ 1.283.738.930,79	-17,84%	
Ativo financeiro	R\$ 52.328.675,53	1,4200	R\$ 67.561.063,74	29,11%	1,1473	R\$ 88.072.416,58	30,36%	1,1733
Passivo financeiro	R\$ 36.850.600,27		R\$ 58.884.631,07	59,79%		R\$ 75.064.782,32	27,48%	
Ativo permanente	R\$ 518.481.026,96	0,3034	R\$ 505.495.872,41	-2,50%	0,3347	R\$ 493.405.169,87	-2,39%	0,4028
Passivo permanente	R\$ 1.709.164.009,93		R\$ 1.510.421.107,74	-11,63%		R\$ 1.225.009.194,97	-18,90%	

No que tange o balanço patrimonial serão apresentados indicadores comuns à contabilidade aplicada ao setor privado, conforme veremos a seguir:

I. Quociente de liquidez imediata:

O resultado apresentado neste quociente evidencia uma situação alarmante para todos os exercícios, pois o indicador demonstrou um montante de disponibilidades inferior às obrigações de curto prazo, logo existe a possibilidade do ente federativo não conseguir honrar com todos os seus compromissos exigíveis até o final do exercício seguinte a data de elaboração das demonstrações contábeis. O saldo de disponibilidades cresceu 56% em 2020 e 57% para 2021, contudo o passivo circulante também aumentou em 32% para 2020 e 39% no ano seguinte. Apesar do aumento dos recursos principalmente oriundos de caixa e equivalentes de caixa, as obrigações de curto prazo permanecem maiores do que os valores disponíveis para seu pagamento.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) em 2020 evidencia que a maior parte do acréscimo de disponibilidades é oriundo de transferências correntes recebidas intergovernamentais da união, transferências recebidas para execução orçamentária com parcerias públicas privadas (PPPs) e transferências recebidas independentes de execução

orçamentária com PPPs. Esses recursos foram aplicados em sua maioria com aplicações financeiras de liquidez imediata.

Já em 2021 a DFC apresenta que a maior parte do acréscimo de disponibilidades é oriundo de aumento das receitas derivadas e originárias, principalmente com tributos que aumentaram mais de 40 bilhões e houve aumentos significativos nas transferências recebidas independentes de execução orçamentária com PPPs.

Dessa vez o aumento nas disponibilidades foi alocado em sua maioria com aplicações de liquidez imediata e nas contas de depósito à vista (conta movimento), principalmente no banco do Brasil.

A situação do quociente de liquidez imediata analisa apenas a relação entre ativos de altíssima liquidez do disponível e obrigações de curto prazo, para entender melhor a capacidade de pagamento do estado faz-se necessário analisar ainda os ativos circulantes que se espera que se convertam em disponibilidades até o final do encerramento do exercício seguinte a contar da data de elaboração das demonstrações contábeis.

II. Quociente de liquidez corrente:

Diferente do indicador anterior, o quociente de liquidez corrente analisa todo o saldo do ativo circulante para identificar a capacidade de honrar compromissos de curto prazo. O resultado do quociente foi superior a 1 em todos os exercícios, dessa forma o montante de ativos circulantes será suficiente para honrar com as obrigações de curto prazo.

A análise horizontal demonstra aumento de 13,09% no ativo circulante de 2020, impactado em maior proporção pelo crescimento nas disponibilidades, enquanto o passivo circulante evoluiu 26,68% por conta do aumento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais e empréstimos e financiamentos.

Em 2021 houve um crescimento maior ainda dos ativos circulantes e passivos circulantes, evoluindo em 26,32% e 26,99% respectivamente. O aumento do ativo circulante foi impulsionado principalmente pelo acréscimo de R\$ 26 bilhões no caixa e equivalentes de caixa e acima de R\$ 8 bilhões nos créditos a receber de curto prazo. Já o passivo circulante de 2021 aumentou em consequência do acréscimo próximo de R\$ 15 bilhões com contratação de empréstimos e financiamentos e obrigações com fornecedores e contas a pagar que aumentaram mais de R\$ 8 bilhões.

III. Quociente de liquidez geral:

O último quociente que analisa capacidade de pagamento é o de liquidez geral, dessa vez o ativo circulante em conjunto com o realizável a longo prazo é somado a fim de identificar se são suficientes para honrar com os compromissos de curto e longo prazo, logo o passivo total.

Em todos os exercícios o resultado do indicador passou longe do equilíbrio esperado em um resultado próximo de 1, portanto o estado de São Paulo não possui recursos suficientes em disponibilidades, créditos a receber de curto e longo prazo para honrar com as exigibilidades totais do passivo. O cenário indicado no quociente de liquidez geral nos permite aferir ainda que o passivo é cinco vezes maior do que a soma das disponibilidades e créditos a receber de curto e longo prazo para os exercícios de 2019 e 2020, enquanto em 2020 o passivo é quatro vezes maior.

Apesar da situação não apresentar o cenário desejável, a análise horizontal demonstrou decréscimo de 10,28% e 17,84% no passivo para os anos de 2020 e 2021, respectivamente. Do outro lado do balanço patrimonial, a soma das disponibilidades e créditos a receber de curto e longo prazo aumentou 0,29% em 2020 e 5,38% em 2021.

IV. Quociente da composição do endividamento:

O indicador de composição do endividamento resultará na proporção do passivo circulante em relação à soma do passivo total. Em 2019 o indicador resulta em uma composição de 3,57% do passivo circulante em relação ao passivo total e para os anos seguintes 5,04% e 7,79%. Portanto, o passivo de São Paulo está alocado em sua grande maioria com obrigações de longo prazo.

V. Quociente do resultado patrimonial:

Dessa vez trabalhamos com a hipótese de utilizar todo ativo para tentar liquidar as obrigações totais e que novamente não seria suficiente, pois os indicadores permanecem abaixo de 1, logo o ativo total é inferior ao passivo total em todos os exercícios. Para existir a igualdade na qual o ativo total representa algebricamente a soma do passivo e patrimônio líquido este último será negativo. O principal fator que contribui para o alto volume negativo do patrimônio líquido em todos os anos é o prejuízo acumulado de exercícios anteriores.

Apesar do cenário global não ser positivo em virtude da pandemia do COVID-19 o governo do estado de São Paulo teve êxito em reduzir o volume de prejuízos acumulados em 2020 e em 2021 com resultados positivos da DVP. Em 2019 o volume de provisões com riscos trabalhistas, riscos fiscais, riscos cíveis, riscos contratuais, benefícios previdenciários e repartição de crédito superou o montante de R\$ 272 bilhões que representa mais de um terço do total das variações patrimoniais diminutivas, enquanto nos anos seguintes essas provisões recuaram até alcançar o valor quase R\$ 16 bilhões em 2021. Além da redução de novos reconhecimentos de provisões, houveram ainda reversões significativas que ajudaram a impulsionar o aumento das variações patrimoniais aumentativas.

VI. Quociente da situação financeira:

Os dois últimos indicadores analisam o balanço patrimonial sobre a ótica da estrutura obrigatória elencada na Lei nº 4.320/64. Em todos os exercícios o resultado do quociente da situação financeira foi superior a 1, indicando, portanto, um ativo financeiro superior ao passivo financeiro. Logo, o montante de recursos financeiros de curto prazo em disponibilidades e realizáveis são maiores do que as obrigações financeiras de curto prazo. Em 2020 houve aumentos no ativo financeiro de 29,11% e do passivo financeiro em 59,79%. Para o exercício seguinte os aumentos foram de 30,36% para o ativo financeiro e 27,48% no passivo financeiro.

VII. Quociente da situação permanente:

Por fim, o indicador da situação permanente foi inferior a 1 em todos os anos analisados, indicando um menor volume de ativos permanentes em relação aos passivos permanentes. Enquanto o indicador anterior abrange relações de curto prazo, na situação permanente o cenário analisado reflete o longo prazo.

4.1.4 Indicadores da Demonstração das Variações Patrimoniais

Quadro 4 - Indicadores da Demonstração das Variações Patrimoniais

Indicadores da Demonstração das Variações Patrimoniais									
Índice	Fórmula	2019		2020			2021		
		Valores (R\$ Mil)	Resultado	Valores (R\$ Mil)	AH	Resultado	Valores (R\$ Mil)	AH	Resultado
Quociente dos ganhos e perdas de ativos	Valorização e ganhos com ativos	R\$ 681.993,30	0,0052	R\$ 2.151.593,52	215,49%	0,0565	R\$ 543.378,45	-74,75%	0,0108
	Desvalorização e perda com ativos	R\$ 130.319.719,18		R\$ 38.065.819,04	-70,79%		R\$ 50.380.856,73	32,35%	
Quociente do resultado das variações patrimoniais	Variações patrimoniais aumentativas	R\$ 475.904.862,20	0,6400	R\$ 587.692.900,32	23,49%	1,2901	R\$ 570.221.620,82	-2,97%	1,5441
	Variações patrimoniais diminutivas	R\$ 743.579.937,08		R\$ 455.550.075,30	-38,74%		R\$ 369.289.826,17	-18,94%	

I. Quociente dos ganhos e perdas de ativos:

O resultado do quociente foi próximo de 0 em todos os exercícios, demonstrando um grande desequilíbrio entre as VPAs com valorização e ganho com ativos e as VPDs com desvalorização e perda com ativos. Por conta do maior volume de VPDs com desvalorização e perda com ativos esse resultado impactará em uma redução do patrimônio líquido.

Por meio da análise horizontal podemos ver um cenário de melhoria no exercício de 2020, onde a valorização e ganho com ativos mais do que triplicou, enquanto a desvalorização e perda com ativos reduziu mais de 70%. Mesmo assim, o montante total dessas VPDs é muito superior. No exercício de 2021 o cenário de crescimento se inverte e temos uma redução de 74,75% com a valorização e ganho com ativos e um aumento 32,35% na desvalorização e perda com ativos.

II. Quociente do resultado das variações patrimoniais:

O último indicador resume a situação apresentada na demonstração das variações patrimoniais, onde é determinada a razão das VPAs e VPDs. Em 2020 o indicador apresentou resultado inferior a 1, sinalizando um total de VPAs inferior às VPDs. Já nos anos subsequentes o indicador mostrou melhoria com o aumento nas VPDs e inclusive superação em relação às VPDs.

4.2 Entendimentos sobre Patrimônio Líquido do Setor Público

O quociente do resultado patrimonial evidencia uma situação na qual o patrimônio líquido do estado de São Paulo está negativo em toda a série histórica analisada. Tal fato é explicado pelo montante de prejuízos acumulados que ultrapassou R\$ 1,2 trilhão em 2019 e

reduziu para R\$ 787 bilhões em 2021 (ambos os valores atualizados pela inflação acumulada do período). O patrimônio líquido sobre a ótica da teoria proprietário pode ser entendido como o valor líquido da empresa para os donos. As receitas são aumentos de propriedade oriundos das atividades da empresa e as despesas são reduções de propriedade (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999, p.466). Dessa forma, o patrimônio líquido do estado de São Paulo sobre a ótica desta teoria indica que as reduções de propriedade foram tão maiores do que os aumentos no decorrer do tempo.

A NBC TSP Estrutura conceitual do Conselho Federal de contabilidade define o patrimônio líquido das entidades do setor público pela diferença entre ativos e passivos, portanto, nos remetendo à equação básica da teoria do proprietário. Sobre a ótica desta teoria na qual os ativos são bens e direitos do detentor do capital, o passivo são suas obrigações e por fim o lucro representará a remuneração pelo capital aplicado não é possível associar de forma clara a figura do proprietário no setor público. O Estado representa a figura que unifica o conjunto de instituições que se organizam para gerir e atender aos anseios de um determinado território. Venosa (2022) define o Estado como: “(...) a pessoa jurídica de direito público interno por excelência; é a nação politicamente organizada. Nos Estados de organização federativa, desdobra-se a pessoa jurídica, como entre nós, em Estados federados e Municípios.”

Portanto, definir um proprietário específico se torna nebuloso, tendo em vista que a figura do Estado unifica diversas partes interessadas em sua administração e sociedade da qual colherá os benefícios de sua gestão. Seria possível assumir a sociedade como a “dona” do Estado e que deste se espera colher retornos oriundos do pagamento de impostos que esta sociedade contribuiu anteriormente. Todavia, a prestação de serviços do Estado para com a sociedade não possui necessariamente vínculo com o recolhimento de impostos de cada cidadão, ou seja, não é possível mensurar a participação da sociedade nos serviços que serão prestados pelo Estado. Além do que, a “distribuição” de resultados do Estado independe da existência de lucro contábil. O retorno do recurso para a sociedade está voltado diretamente à atividade operacional da figura jurídica do Estado, sendo este o fator principal de sua existência.

Outro argumento que dificulta a utilização da teoria do proprietário para compreender o patrimônio líquido do Estado está na compulsoriedade da arrecadação de recursos. O artigo 16 do Código Tributário Nacional define imposto como “(...) o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”, conseqüentemente, a arrecadação de recursos não possui contraprestação definida para quem seria a figura do proprietário, teoricamente a sociedade. Até mesmo no setor privado as empresas têm se distanciado da teoria do proprietário e explicando melhor seus

fenômenos contábeis com base na teoria da entidade, da qual compreende a empresa como um organismo distinto dos acionistas.

Já na teoria do fundo a contabilidade tem menor ênfase na figura do lucro e condiz com o papel das entidades do setor público, já que o lucro também não é o objetivo primordial. A União, estados e municípios trilham um caminho visando atender aos anseios da sociedade e realizar uma gestão que garanta um equilíbrio financeiro que seja capaz de custear o sistema de saúde, segurança pública, infraestrutura, fomento ao mercado de trabalho, previdência social e outros gastos essenciais.

Hendriksen e Van Breda (1999) defendem que as demonstrações financeiras sob a ótica dos fundos deverão ser resumos estatísticos das fontes e aplicações de recursos para cada unidade operacional ou fundo. Para tal, as informações mais úteis para os diversos usuários serão evidenciadas por meio dos ativos representados como serviços possíveis ao fundo e os passivos como restrições sobre esses ativos. O patrimônio líquido será a representação de restrições legais e financeiras para esses mesmos ativos. (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999, p. 470).

Existem soluções possíveis para contornar a involução do patrimônio líquido de São Paulo no médio e longo prazo sem necessariamente mudar o enfoque de análise do patrimônio líquido. A última década representou um período de estagnação produtiva para a economia brasileira e a principal mudança propulsora para incrementar a riqueza dos entes públicos está na promoção do desenvolvimento econômico, que é definido por BRESSER (2006) como:

“(...) o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de consumo de uma determinada sociedade”

4.3 Impacto no Aumento do ICMS e inadimplência do Contribuinte

Por meio da análise horizontal e detalhamento dos grupos de contas dos demonstrativos do estado de São Paulo foi possível constatar que boa parte do aumento das disponibilidades em 2021 é oriundo de um crescimento na arrecadação tributária. A tabela 1 dos relatórios de receita tributária confeccionada pela secretaria de fazenda e planejamento de São Paulo evidenciam que o ICMS é responsável por mais de 80% da arrecadação tributária total do estado em todos os exercícios analisados neste trabalho. Portanto, a ferramenta mais forte para

umentar as receitas e disponibilidade de recursos do estado é justamente o controle de alíquotas deste imposto.

Os quadros 5, 6 e 7 apresentados a seguir evidenciam o montante total de receitas tributárias de São Paulo e a composição do grupo de contas que é dividido em ICMS, IPVA, taxas, ITCMD, PPI e PEP principais dentre outros tributos. Os valores extraídos da Secretaria de Fazenda e Planejamento do estado de São Paulo são referentes ao fechamento dos seus respectivos exercícios, à vista disso, foi utilizado novamente o INPC acumulado proporcional para cada exercício a fim de atualizar os valores para uma mesma base monetária (janeiro de 2023).

Quadro 5 - Receita tributária do Estado de São Paulo (dez. 2019)

	Valores nominais em milhões de reais e em %									
	Valor ^a		Taxas nominais de crescimento ^h				Contribuição ^b		Porcentagem do total	
	Dez19	Jan-dez19	Dez19/ Nov19	Dez19/ Dez18	Jan-dez19/ Jan-dez18	Jan19-dez19/ Jan18-dez18	Jan19-dez19/ Jan18-dez18	Dez19	Jan-dez19	
ICMS ^c	13.162,6	144.037,5	4,7	10,0	6,0	6,0	5,0	80,4	83,0	
IPVA ^d	688,1	16.883,5	66,4	4,9	6,9	6,9	0,7	4,2	9,7	
Taxas ^d	634,7	6.813,5	19,0	13,7	8,3	8,3	0,3	3,9	3,9	
ITCMD ^e	436,5	3.150,9	148,2	(11,3)	18,7	18,7	0,3	2,7	1,8	
PPI e PEP Principais ^f	1.386,3	1.929,8					0,6	8,5	1,1	
PPD ^g	0,0	7,3					(0,1)	0,0	0,0	
ICMS FECOEP ⁱ	69,8	696,1					0,0	0,4	0,4	
Receita Total	16.378,0	173.518,6	18,2	18,7	6,9	6,9	6,9	100,0	100,0	

Fonte: Base de dados da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (2019)

Quadro 6 - Receita tributária do Estado de São Paulo (dez. 2020)

	Valores nominais em milhões de reais e em %									
	Valor ^a		Taxas nominais de crescimento				Contribuição ^b		Porcentagem do total	
	Dez20	Jan-dez20	Dez20/ Nov20	Dez20/ Dez19	Jan-dez20/ Jan-dez19	Jan20-dez20/ Jan19-dez19	Jan20-dez20/ Jan19-dez19	Dez20	Jan-dez20	
ICMS ^c	14.945,2	146.548,3	1,4	13,7	1,8	1,8	1,5	87,2	83,8	
IPVA ^d	916,9	17.711,3	55,6	33,2	4,9	4,9	0,5	5,3	10,1	
Taxas ^d	696,1	5.908,1	27,6	12,0	-13,1	-13,1	-0,5	4,1	3,4	
ITCMD ^e	455,7	3.100,7	10,6	-0,8	-2,3	-2,3	0,0	2,7	1,8	
PPI e PEP Principais ^f	60,8	840,2					-0,6	0,4	0,5	
PPD ^g	0,0	0,0					0,0	0,0	0,0	
ICMS FECOEP ^h	64,4	702,0	-10,9	-7,7	0,8	0,8	0,0	0,4	0,4	
Receita Total	17.139,1	174.810,5	4,3	4,7	0,7	0,7	0,7	100,0	100,0	

Fonte: Base de dados da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (2020)

Quadro 7 - Receita tributária do Estado de São Paulo (dez. 2021)

	Valores nominais em milhões de reais e em %									
	Valor ^a		Taxas nominais de crescimento				Contribuição ^b		Porcentagem do total	
	Dez21	Jan-dez21	Dez21/ Nov21	Dez21/ Dez20	Jan-dez21/ Jan-dez20	Jan21-dez21/ Jan20-dez20	Jan21-dez21/ Jan20-dez20	Dez21	Jan-dez21	
ICMS ^c	18.566,5	185.636,3	6,9	24,6	26,7	26,7	22,4	89,5	85,6	
IPVA ^d	607,1	18.530,4	24,6	-33,8	4,6	4,6	0,5	2,9	8,5	
Taxas ^d	673,7	7.372,2	5,5	5,5	26,0	26,0	0,9	3,2	3,4	
ITCMD ^e	759,2	4.045,2	123,1	58,7	29,5	29,5	0,5	3,7	1,9	
PPI e PEP Principais ^f	43,3	602,7					-0,1	0,2	0,3	
PPD ^g	0,0	0,0					0,0	0,0	0,0	
ICMS FECOEP ^h	105,6	766,8	50,7	64,0	9,2	9,2	0,0	0,5	0,4	
Receita Total	20.755,4	216.953,6	9,5	21,6	24,2	24,2	24,2	100,0	100,0	

Fonte: Base de dados da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (2021)

A arrecadação tributária com ICMS sem atualização da inflação ficou nos patamares de R\$ 144 bilhões em 2019, R\$ 146 bilhões em 2020 e R\$ 185 bilhões em 2021. Dessa forma, representando um aumento sutil de 1,74% em 2020 e 26,67% em 2021. A análise preliminar evidenciou pouco aumento na arrecadação do ICMS em 2020 e mais relevante em 2021, que condiz com o momento temporal no qual o governo estadual majorou as alíquotas do ICMS.

Todavia, os valores atualizados pela inflação correspondem a R\$ 175 bilhões em 2019, R\$ 170 bilhões em 2020 e R\$ 197 bilhões em 2021. Corrigindo a distorção causada pelo aumento generalizado dos preços na economia é possível constatar resultados mais esperados por conta da pandemia. A arrecadação do ICMS em 2020 reduziu 2,8% em virtude do desaceleramento do consumo na economia. Diversos estabelecimentos e indústrias paralisaram suas atividades durante o ano de 2020 por conta de medidas que visaram conter a expansão da doença.

Já em 2021 a variação na arrecadação do ICMS aumentou R\$ 27 bilhões, representando, portanto, um aumento real de 15,63% em consequência do aumento das alíquotas e redução de incentivos do ICMS no mesmo ano. É importante salientar ainda que o reconhecimento de créditos a receber de longo prazo com inscrição de dívida ativa, ou seja, inadimplência do contribuinte aumentou nominalmente, enquanto os de curto prazo reduziram. Decorrido o prazo

de 1 ano a partir do vencimento da obrigação, esta passa a ser incluída como dívida ativa para com o estado de São Paulo.

Por meio da nota explicativa 5.1.3 Créditos a Receber do Balanço Geral do Estado foram extraídos os valores de R\$ 311 bilhões em 2019, R\$ 320 bilhões em 2020 e R\$ 330 bilhões em 2021 com créditos a receber de longo prazo com dívida ativa tributária. Já os valores de curto prazo correspondem a R\$ 8,1 bilhões em 2019, R\$ 6,4 bilhões em 2020 e R\$ 5,7 bilhões em 2021. Sem correção inflacionária os valores de curto prazo de créditos a receber com dívida ativa tributária reduziram 20% em 2020 e 11% em 2021. Já os valores de longo prazo tiveram pouco aumento nominal. Contudo, ao analisar os mesmos valores corrigidos pelo INPC acumulado a realidade muda para os valores de longo prazo, onde outrora era analisado como aumento do crescimento de créditos a receber passa a representar uma redução, principalmente em 2021 que caiu quase 6%.

Portanto, o governo estadual de São Paulo obteve êxito também na redução real da inadimplência com valores a receber referentes à arrecadação tributária. Apesar da majoração das alíquotas do ICMS não houve aumento da inadimplência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos indicadores calculados e com auxílio da análise horizontal foi possível detectar impactos sutis nas variações das contas que compõem o balanço orçamentário e balanço financeiro do estado de São Paulo até o encerramento do exercício de 2020. No geral os indicadores e aumentos e reduções percentuais dos valores do balanço orçamentário e balanço financeiro variaram pouco do ano que antecedeu a pandemia até o fim de 2020. Apesar da queda superior a 47% nas receitas de capital os quocientes do balanço orçamentário demonstraram uma gestão estadual mais equilibrada principalmente no que tange o resultado orçamentário, que é evidenciado pelo atingimento do indicador 1,0299, onde outrora estava abaixo de 1, logo, o estado foi capaz atingir um nível de arrecadação realizado maior do que o empenho de despesas do período. Já no balanço patrimonial é evidente o aumento nas disponibilidades de recurso caixa e principalmente o crescimento das obrigações de curto prazo com obrigações trabalhistas, previdenciárias, assistenciais e empréstimos e financiamentos.

O último exercício estudado destacou mudanças mais bruscas na maioria das contas analisadas sem levar em conta a atualização inflacionária. Contudo, colocando em perspectiva a atualização dos valores em 2019 e em 2020 pelo INPC é perceptível que os aumentos ou reduções mais abruptas foram ocasionados principalmente em virtude da distorção do valor do dinheiro no tempo e perda do poder de compra da moeda. Ainda assim é possível auferir que até o aumento da inflação nos anos analisados foi impactado pela pandemia, tendo em vista que, em 2020 o governo federal brasileiro bancou políticas monetárias expansionistas que em algum grau impactaram no aumento da cesta de preços de diversos produtos. Já em agosto 2022 tivemos o auge da majoração da SELIC para 13,75 na tentativa de frear a inflação brasileira.

O estado São Paulo manteve superávit orçamentário apesar do aumento relevante nas despesas empenhadas, principalmente com investimentos e outras despesas correntes, pois compensou o aumento do gasto público com maior arrecadação tributária. A despesa de capital empenhada mais do que dobrou em relação à 2020 principalmente em virtude do aumento no grupo de investimentos que é composto por obras, instalações, equipamentos e material permanente. O crescimento mais relevante está no aumento superior a R\$ 26 bilhões (atualizado pela inflação) nas receitas tributárias oriundo da majoração de impostos estaduais, principalmente do ICMS que corresponde a mais de 85% do volume total de receitas tributárias em 2021 e cortes nos incentivos tributários para os mesmos impostos. Mais uma vez o cenário do balanço patrimonial se repete em relação à 2020 e temos um relevante aumento de

disponibilidades em conjunto com o aumento das obrigações de curto prazo, remetendo novamente ao esforço de garantir o cumprimento das obrigações exigíveis até o encerramento do exercício seguinte.

Portanto, a pandemia do COVID-19 evidenciou mudanças mais bruscas, principalmente em 2021, na arrecadação tributária, gastos e receitas de capital, disponibilidades, exigibilidades de curto prazo, passivo total, variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e outras contas que representam menor impacto global em relação ao todo dos seus grupos de contas. Tal fato justifica-se por conta de medidas mais assertivas para o combate e contenção do vírus serem iniciadas neste mesmo exercício, como por exemplo a vacinação que teve seu pontapé inicial no mês de janeiro de 2021. O choque das cadeias produtivas ao redor do globo, fechamento temporário ou permanente de empresas, aumento do desemprego e outros fenômenos oriundos desse momento singular da história geraram a expectativa de menor arrecadação e maior gasto com investimentos principalmente na área da saúde. Para contornar esse presságio, o governo estadual de São Paulo tomou as medidas necessárias para garantir o equilíbrio das contas públicas, pelo menos no que se refere ao planejamento e execução do orçamento.

Por fim, fica o questionamento a respeito da alarmante situação representada pelo balanço patrimonial confeccionado aos moldes do que é aplicado para as empresas do setor privado. O balanço patrimonial da Lei nº 6.404/76 provavelmente não é a forma mais adequada para entender os fatos contábeis das entidades do setor público e o cumprimento do seu papel como engrenagem da máquina pública para com a sociedade. Outras formas de apresentação do resultado público devem ser estruturadas para a devida confecção de demonstrativos que evidenciem de forma transparente o cumprimento das obrigações dos entes federativos para com as partes interessadas e a utilização dos ativos e suas restrições para o atingimento das metas estipuladas.

6. SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Algumas questões que norteiam as variações nas contas públicas de São Paulo não tiveram o detalhamento necessário para atingimento de conclusões mais incisivas neste trabalho. Fica como sugestão para pesquisas futuras trabalhos investigativos que estudem o aumento das disponibilidades do estado de São Paulo em 2020 e evidenciando os fatores que causaram os aumentos nas transferências correntes recebidas intergovernamentais da união, transferências recebidas para execução orçamentária com PPPs e transferências recebidas independentes de execução orçamentária com PPPs. Essa sugestão de pesquisa não se estende para o exercício de 2021, pois foi possível aferir neste trabalho e de forma objetiva quais foram os gatilhos que causaram o aumento do disponível.

Cabe ainda ressaltar a importância de estudar novos modelos de demonstrativos mais alinhados com os interesses e especificidades do setor público e que evidenciem adequadamente o cumprimento do papel do Estado para com a sociedade.

REFERENCIAL TEÓRICO

ATA DO COPOM. Brasília: Banco Central do Brasil, 232ª Reunião, ago. 2000.

BRASIL. **Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.** Dispõe Sobre a Unificação dos Recursos de Caixa do Tesouro Nacional, Atualiza e Consolida a Legislação Pertinente e dá outras Providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d93872.htm#>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm>. Acesso em: 23 jan. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as Sociedades as Sociedades por Ações. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº101 de 04 de maio de 2000.** Estabelece Normas de Finanças Públicas Voltadas para a Responsabilidade na Gestão Fiscal e dá Outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 24 jul. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Lucro, Acumulação e Crise - A Tendência Declinante da Taxa de Lucro Reexaminada.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/books/lucroacumulacaocrise/00-Lucro-Acumulacao-e-Crise.pdf>

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: FGV Escola de Economia de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1973/TD157.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP Estrutura Conceitual,** de 23 de setembro de 2016. Brasília: CFC, 2016.

GIL, Antônio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Balanço Geral do Estado – Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado.** Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Demonstra%C3%A7%C3%B5es-Cont%C3%A1beis.aspx>>. Acesso em: 20 de jun de 2022.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Balanço Geral do Estado – Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado**. Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Demonstra%C3%A7%C3%B5es-Cont%C3%A1beis.aspx>>. Acesso em: 20 de jun de 2022.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Balanço Geral do Estado – Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado**. Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Demonstra%C3%A7%C3%B5es-Cont%C3%A1beis.aspx>>. Acesso em: 20 de jun de 2022.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório da Receita Tributária do Estado de São Paulo**. Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relat%C3%B3rios-da-Receita-Tribut%C3%A1ria.aspx>>. Acesso em: 15 de fev de 2022.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório da Receita Tributária do Estado de São Paulo**. Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relat%C3%B3rios-da-Receita-Tribut%C3%A1ria.aspx>>. Acesso em: 15 de fev de 2022.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório da Receita Tributária do Estado de São Paulo**. Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relat%C3%B3rios-da-Receita-Tribut%C3%A1ria.aspx>>. Acesso em: 15 de fev de 2022.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BRENDA, Michael F V. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo. Grupo GEN, 1999. E-book. ISBN 9786559770250. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770250/>. Acesso em: 03 jan. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor**, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 14 fev. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor**, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 14 fev. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor**, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 14 fev. 2023.

NETO, Alexandre A. **Estruturas e Análise de Balanços - Um Enfoque Econômico-financeiro**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788597024852. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024852/>. Acesso em: 04 jan. 2023.

NIYAMA, Jorge K; SILVA, César Augusto T. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo. Grupo GEN, 2021. 9788597027792. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027792/>. Acesso em: 19 jun. 2022.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública - Teoria e Prática**, 15ª edição. São Paulo. Grupo GEN, 2016. 9788597006391. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006391/>. Acesso em: 19 jun. 2022.

KOHAMA, Heilio. **Balanços Públicos: Teoria e Prática**, 3ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 9788522496136. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522496136/>. Acesso em: 03 jan. 2023.

LIMA, Diana Vaz D. **Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público**. São Paulo: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788597018400. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018400/>. Acesso em: 03 jan. 2023.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**, publicado pela MCASP, 2021, 9ª Edição. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:41943. Acesso em: 24 jul. 2022.

SILVA, César Augusto T.; RODRIGUES, Fernanda F. **Fundamentos básicos de contabilidade**. São Paulo. Editora Saraiva, 2020. 9788571441200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441200/>. Acesso em: 19 jun. 2022.

VENOSA, Sílvio de S. **Direito Civil: Parte Geral. v.1**. São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559772650. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772650/>. Acesso em: 23 jan. 2023.